

## Exame de Direito Administrativo

06 de janeiro de 2022

Duração: 3 horas

Exame sem consulta (permite-se apenas consulta de legislação não anotada).

### I

Comente, no máximo de quarenta linhas, a seguinte afirmação:

"O direito de audiência dos interessados, com a configuração que lhe é dada no CPA, tem a sua origem nos processos sancionatórios, em que ninguém pode ser condenado sem ter sido ouvido pelo que a sua preterição num procedimento de formação de um ato administrativo implicará, em qualquer caso, a nulidade do ato praticado" (4 valores)

32

### II

O CPA dedica hoje normas relevantes ao procedimento de elaboração dos regulamentos, que consubstanciam um regime específico.

Descreva criticamente e no máximo de quarenta linhas o regime específico dos regulamentos administrativos no CPA de 2015. (3 valores)

24

### III

Caso prático (5 valores) 40

Uma funcionária do Ministério da Educação reclamou da lista de antiguidade de contagem do seu tempo de serviço que foi aprovada pela Diretora Geral.

Ora, a lei aplicável e que data de 1999 é expressa no sentido de que,

(i) "Da organização das listas cabe reclamação necessária...", e que

(ii) "A reclamação não pode fundamentar-se em contagem de tempo de serviço ou em outras circunstâncias que tenham sido consideradas em listas anteriores.", cfr. artº 96º nº 3 DL 100/99;

(iii) "Das decisões sobre reclamações cabe recurso para o ministro que tem efeito suspensivo (...)"

Não tendo obtido resposta à reclamação apresentada, a funcionária intentou ação administrativa de impugnação do ato de contagem da sua antiguidade.

- 1) Identifique a natureza do recurso que deverá ser interposto para o ministro referido no ponto (iii) e detalhe a sua tramitação (2,5 valores).
- 2) Pronuncie-se sobre se esta funcionária poderia efetivamente propor diretamente a ação em tribunal ou se deveria ter interposto um qualquer outro recurso administrativo prévio (2,5 valores).

IV

Caso prático (6 valores) 48

A Presidente de uma Câmara Municipal de Cascais determinou o início de vários procedimentos para a atribuição de licenças de concessão de bares nos espaços públicos do seu concelho, onde incluiu também os estabelecimentos localizados nas praias.

Um destes procedimentos terminou com a atribuição, à Senhora Antónia, de uma licença de concessão para exploração de um bar na praia.

Ao saber da decisão da Presidente da Câmara Municipal de abertura destes procedimentos, a Presidente do Conselho de Administração do instituto público a quem são atribuídas as matérias relativas a concessões nas praias, proferiu um despacho a revogar a anterior decisão da Presidente da Câmara Municipal.

No mesmo despacho, acrescentou a Presidente do instituto público que, "mais se revogam todas as decisões tomadas pela Presidente da Câmara Municipal que tenham atribuído licenças de concessão a privados localizados em praias". *proporcionalidade?*

Também a vereadora com o pelouro da gestão do espaço público, eleita por outro partido, se insurgiu contra o despacho da Presidente da Câmara Municipal, alegando que a competência sobre as concessões de bares no espaço público lhe tinha sido delegada e que, por isso mesmo, considerou que o despacho da Presidente estava ferido do vício de incompetência. Deste modo, a vereadora proferiu novo despacho que anulou a decisão da Presidente da Câmara Municipal.

Sabendo de todos os estes desentendimentos entre os diversos órgãos e organismos da Administração Pública e da existência de despachos contraditórios – e porque o verão se aproximava –, a Senhora Antónia, procurou apoio jurídico para saber o que fazer.

Perante a situação apresentada, responda, justificando:

1. Classifique o procedimento de atribuição da licença de concessão identificado na hipótese (1 valor) *ato permissivo confere vantagens*
2. Identifique as entidades competentes para a prática de todos dos atos (1 valor);
3. Analise criticamente a legalidade, eventuais vícios e desvalores dos atos praticados (2 valores); *orgânicos, formais, materiais*
4. Identifique as possíveis garantias administrativas que a Senhora Antónia poderá ou deverá utilizar no caso (2 valores).

Correção e lógica do discurso (2 valores)